



Pregão Eletrônico nº 003/2026
Processo Administrativo de Licitação nº 009/2026

Órgão Contratante: Secretaria Municipal de Saúde.

Objeto: Registro de Preço visando Aquisição de uniformes, vestimentas operacionais, enxovais e materiais têxteis hospitalares, bem como insumos médico-hospitalares, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e de suas unidades vinculadas.

Valor Estimado: R\$ 156.674,58 (Cento e cinquenta e seis mil, seiscentos e setenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos).

Data e Horário de abertura da sessão pública: Dia 19 de fevereiro de 2026, Abertura às 08:00 horas.

Sítio Eletrônico: <https://portal.licitanet.com.br/login>

Critério de Julgamento: Menor preço por item.

Modo de Disputa: Aberto.

Licitação Exclusiva para ME/EPP e equiparadas: Sim.

Dotação Orçamentária: 360, 387, 342, 334, 441, 394, 379, 605, 422, 350, 373, 780, 448 / Fontes: 621, 500, 600,660 / COs: 0000, 1002, 3210, 3220, 3110, 3120 (Recursos Próprios, Estaduais e Federais).

O Município de Lagoa Formosa/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.078/0001-41, torna público a todos os interessados que será realizada licitação, dia 19/02/2026 às 08:00 horas, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, por meio do setor de Licitações, através do Pregoeiro e equipe de apoio, designados pela Portaria nº 006/2026 de 07 de janeiro de 2026, nos termos da Lei federal nº 14.133/21, Decretos Municipais 737/2023 e 791/2023 e demais legislações aplicáveis, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. OBJETO

1.1. Registro de Preço visando Aquisição de uniformes, vestimentas operacionais, enxovais e materiais têxteis hospitalares, bem como insumos médico-hospitalares, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e de suas unidades vinculadas.

1.2. A licitação será **dividida em itens**, conforme descrito na tabela constante do termo de referência.

1.3. Qualquer divergência entre as especificações deste objeto descritas no sistema e as constantes deste edital, do termo de referência ou dos demais anexos, prevalecerão as últimas.

2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os licitantes interessados que estiverem previamente credenciados no sistema.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação ou inabilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação os interessados que se enquadrem em alguma das hipóteses previstas no art. 14 da Lei federal nº 14.133/21.

2.6. Não será permitida a participação de empresas em consórcio.

2.6.1. Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em consórcio no processo em tela.



3. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação ocorrerá **após** as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante preencherá as declarações pertinentes.

3.4. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei federal nº 14.133/21 e neste Edital.

3.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá fazer em campo próprio do sistema eletrônico a descrição detalhada do produto ofertado ou colocar a expressão "de acordo com o edital".

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, conforme definido na capa deste Edital.

5.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após a comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.8. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.9. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.10. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei federal nº 14.133/21.

5.11. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a negociação com o licitante provisoriamente vencedor.

5.12. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



5.13. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.14. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, será aberto o prazo de 10 minutos para recursos no que tange às propostas e lances apresentados pelos participantes.

6.2. Após o prazo para manifestação de intenção de recurso, o pregoeiro abrirá o prazo de 02 horas para que os (as) licitantes, provisoriamente classificados (as) em primeiro lugar de cada item, apresentem a proposta adequada ao preço final ofertado nos termos do edital, bem como os documentos habilitatórios exigidos no Termo de Referência;

6.3. Apresentados os documentos relativos à proposta final e à habilitação, o pregoeiro verificará se o licitante, provisoriamente classificado em primeiro lugar, atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei federal nº 14.133/21 e legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, não estando o licitante com entraves à participação de processos licitatórios, será iniciada a conferência dos documentos de habilitação, bem como quanto à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.4.1 Nos termos do art. 64, §2º, da Lei nº 14.133/2021, o agente de contratação poderá realizar diligências destinadas a esclarecer dúvidas, inclusive mediante consulta ao setor demandante e ao setor jurídico, sempre que necessário para complementação de informações acerca da documentação já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, bem como atualização de certidões cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

6.4.2 No entanto, após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos que não tenham sido enviados conforme as exigências previstas no **Item 10** do Termo de Referência. A complementação documental será admitida apenas para elucidar informações já apresentadas, não sendo permitida a inclusão de novos documentos que não tenham sido previamente encaminhados dentro do prazo estabelecido.

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que contiver vícios insanáveis; não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência; apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação; não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7. FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, no **item 10** são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação e serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei federal nº 14.133/21.

7.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.3. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.4. Os documentos exigidos para habilitação estão referenciados no Item 10 do Termo de Referência, anexo a este edital e deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, aberto para envio da proposta final e documentos de habilitação, prorrogável por igual período, contado da solicitação ao pregoeiro, sendo tal solicitação antes do fim do prazo inicialmente estabelecido.

7.5. A verificação da habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.6. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta e documentos do (a) licitante classificada subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta e documentos que atendam ao presente edital.



7.7. A comissão de licitações poderá abrir diligência para verificar a autenticidade das informações das propostas e/ou documentos de habilitação, bem como analisar a possível solicitação de documentação complementar daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8. RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto nos artigos 165 e seguintes da Lei federal nº 14.133/21.

8.2. O certame contará com duas fases para interposição de recursos, sendo aberto o prazo de 10 (dez) minutos em cada fase, para a devida manifestação, sendo tais fases:

a) Após a etapa de negociação de preços e ordem de classificação dos valores (art. 165, I, “a” e “b” da Lei 14.133/2021);

b) Após a decisão de habilitação da empresa melhor classificada (art. 165, I, “c”).

8.3. Passada a fase de cada recurso, haverá a preclusão do direito de interposição acerca de cada matéria específica, nos termos do artigo art. 165, 1º, I da Lei 14.133/2021.

8.4. Os recursos terão apreciação única, após a segunda fase de interposição de recursos, respeitado o prazo de 3 (três) dias úteis para razões e prazo igual para contrarrazões e prazo de 10 (dias) úteis para decisão final por parte da Administração;

8.5. Em caso de anulação ou revogação da licitação e extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração, será observado o prazo para manifestação de recurso após tais atos;

8.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

9. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. O licitante que, nos termos do art. 155 da Lei federal nº 14.133/21, cometer infrações estará sujeito às penalidades previstas.

9.2. Com fulcro nos artigos 156 e seguintes da Lei federal nº 14.133/21, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as sanções previstas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

9.3. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei federal nº 14.133/21, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, diretamente na plataforma licitanet.com.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

11.1 Os responsáveis pela gestão e pela fiscalização contratual observarão as regras do regulamento municipal (Decreto nº 737/2023).

12. DA ENTREGA DO OBJETO

12.1 A forma de execução do objeto encontra-se regulada no Termo de Referência, anexo deste edital.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1 As condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência, anexo deste edital.



14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Em caso de eventual prorrogação do prazo contratual, o índice INPC para reajustamento dos preços.

14.2. O contratado terá o prazo de 05 dias a contar do envio da minuta da ata para prover sua assinatura.

14.3. A duração da vigência será de 12 meses, sendo podendo ser prorrogado por até mais 12 meses, em observância aos artigos 105 a 114 da Lei nº 14.133/2021.

14.4. Fica vedada a subcontratação;

14.5. Não será permitido consórcio;

14.6. Não será permitido a participação de órgão ou entidade não participante da ata de registro de preços (Carona).

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

16. DOS ANEXOS

16.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Modelo Proposta de Preços;

ANEXO III - Declaração Conjunta;

ANEXO IV - Declaração de condição de ME, EPP ou equiparadas;

ANEXO V- Minuta da Ata de Registro de Preços.

Lagoa Formosa, 02 de fevereiro de 2026.

José Wilson Amorim
Prefeito Municipal



PREFEITURA DE

LAGOA FORMOSA

Administração 2025/2028

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2026

Secretaria Municipal de Saúde

Termo de Referência para bens e serviços

Base legal: Lei federal nº 14.133/2021

1. Objeto

1.1 Registro de Preço visando Aquisição de uniformes, vestimentas operacionais, enxovais e materiais têxteis hospitalares, bem como insumos médico-hospitalares, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e de suas unidades vinculadas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	UNID	QTD	VR Unit.	VR Total
01	BERMUDA ADULTO UNISSEX COM ELASTICO NA CINTURA , MODELO HOSPITALAR, TECIDO 100% ALGODÃO, COR CRU, TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS NO PEDIDO.	UNID	100	R\$ 24,33	R\$ 2.433,00
02	CAPOTE CIRURGICO EM BRIM 100% ALGODAO, MANGA LONGA , PUNHO CIRÚRGICO, COM DEDEIRA, CINTO E TRÊS PARES DE TIRAS PARA AMARRAR. AUTOCLAVÁVEL, APROPRIADO PARA USO HOSPITALAR, COM ACABAMENTO ADEQUADO E RESISTENTE A PROCESSOS DE LAVAGEM E ESTERILIZAÇÃO. TAMANHOS E CORES A DEFINIR EM PEDIDO.	UNID	10	R\$ 86,63	R\$ 866,30
03	CAMISETA DRYFIT, MANGA CURTA , CONFECCIONADA EM MALHA 100% POLIESTER DE FIBRAS SINTÉTICAS, COM GOLA REDONDA. DEVERÁ PERMITIR APLICAÇÃO DE SILK INSTITUCIONAL NA PARTE FRONTAL E NAS MANGAS. TAMANHOS E CORES A DEFINIR. ARTE A SER FORNECIDA PELO SOLICITANTE.	UNID	100	R\$ 22,96	R\$ 2.296,00
04	CAMISETA MALHA PV MANGA CURTA , CONFECCIONADA EM MALHA COMPOSTA POR 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE, 158G/M², COM GOLA REDONDA. DEVERÁ PERMITIR APLICAÇÃO DE PERSONALIZAÇÃO INSTITUCIONAL NA PARTE FRONTAL E POSTERIOR. TAMANHOS E CORES A DEFINIR. ARTE A SER FORNECIDA PELO SOLICITANTE.	UNID	1000	R\$ 18,33	R\$ 18.330,00
05	CAMISETA TIPO POLO MANGA CURTA , CONFECCIONADA EM MALHA PIQUET 100% ALGODAO, COM GOLA E FECHAMENTO FRONTAL POR BOTOES, POSSUINDO BOLSO FRONTAL. DEVERA PERMITIR APLICAO DE BORDADO INSTITUCIONAL NO BOLSO E NAS MANGAS. TAMANHOS E CORES A DEFINIR. ARTE A SER FORNECIDA PELO SOLICITANTE.	UNID	550	R\$ 40,21	R\$ 22.115,50



06	CAMISETA TIPO POLO MANGA CURTA, CONFECCIONADA EM MALHA PV COMPOSTA POR 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE, 158G/M ² , COM GOLA E FECHAMENTO FRONTAL POR BOTOES. DEVERA PERMITIR APLICAÇÃO DE SILK INSTITUCIONAL NA PARTE FRONTAL E NAS MANGAS. TAMANHOS E CORES A DEFINIR. ARTE A SER FORNECIDA PELO SOLICITANTE.	UNID	1000	R\$ 35,93	R\$ 35.930,00
07	CAMISOLA, MODELO HOSPITALAR, ABERTA NAS COSTAS, COM TIRAS PARA AMARAR, GOLA V, TECIDO 100% ALGODÃO, COR CRU, TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS	UNID	100	R\$ 39,33	R\$ 3.933,00
08	CAMPO CIRÚRGICO SIMPLES COM DIMENSOES APROXIMADAS 0,40X0,40M, CONFECCIONADO EM TECIDO BRIM 100% ALGODÃO, APROPRIADO PARA USO HOSPITALAR, COM ACABAMENTO ADEQUADO E RESISTENTE A PROCESSOS DE LAVAGEM E ESTERILIZAÇÃO. COR PADRAO.	UNID	20	R\$ 12,19	R\$ 243,80
09	CAMPO CIRÚRGICO DUPLO COM DIMENSOES APROXIMADA 0,60X0,60M, CONFECCIONADO EM TECIDO BRIM 100% ALGODÃO, APROPRIADO PARA USO HOSPITALAR, COM ACABAMENTO ADEQUADO E RESISTENTE A PROCESSOS DE LAVAGEM E ESTERILIZAÇÃO. COR PADRAO	UNID	20	R\$ 32,63	R\$ 652,60
10	CAMPO FENESTRADO COM DIMENSOES APROXIMADAS 1,10X0,60M, CONFECCIONADO EM MATERIAL HOSPITALAR ADEQUADO, RESISTENTE E COM ACABAMENTO ADEQUADO PARA USO E PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS. COR PADRÃO. ABERTURA CENTRAL (FENESTRA) DE 25 CM X 20 CM, POSICIONADA DE FORMA A PERMITIR O ACESSO DIRETO À ÁREA DE TRABALHO ODONTOLÓGICA, MANTENDO O RESTANTE DA SUPERFÍCIE DO PACIENTE PROTEGIDO	UNID	10	R\$ 39,14	R\$ 391,40
11	COLETE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFECCIONADO EM BRIM LEVE 100% ALGODÃO, ADEQUADO AO USO OPERACIONAL, COM FECHAMENTO FRONTAL POR BOTOES E BOLSOS FUNCIONAIS, BORDADO FRONTAL E POSTERIOR. DEVERÁ PERMITIR APLICAÇÃO DE PERSONALIZAÇÃO INSTITUCIONAL. TAMANHOS E CORES A DEFINIR. ARTE A SER FORNECIDA PELO SOLICITANTE.	UNID	06	R\$ 76,13	R\$ 456,78
12	CONJUNTO OXFORD, CONFECCIONADO EM TECIDO COMPOSTO POR 100% POLIÉSTER, COMPOSTO POR COLETE COM FECHAMENTO POR ZIPER, DOIS BOLSOS FRONTAIS, APLICAÇÃO DE PERSONALIZAÇÃO BORDADO INSTITUCIONAL NA PARTE FRONTAL E POSTERIOR, E CALÇA UTILITARIA COM BOLSOS FRONTAIS E POSTERIORES, INCLUINDO PASSADORES DE CINTO. TAMANHOS E CORES A DEFINIR. ARTE A SER	CJ	30	R\$ 135,82	R\$ 4.074,60



	FORNECIDA PELO SOLICITANTE				
13	CONJUNTO PIJAMA CIRURGICO EM BRIM LEVE, 100% ALGODAO , CAMISA EM GOLA (V OU CARECA), COM UM BOLSO SUPERIOR ESQUERDO, MANGA JAPONESA, CALÇA COM ELASTICO E CORDAO E DOIS BOLSOS NA PARTE FRONTAL. SILK NA PARTE SUPERIOR ESQUERDA DA CAMISA. TAMANHOS E CORES A DEFINIR. ARTE A SER FORNECIDA PELO SOLICITANTE.	CJ	300	R\$ 99,00	R\$ 29.700,00
14	FRONHA, CONFECCIONADA EM TECIDO CRETONE LISTRADO VERDE E BRANCO , 100% ALGODÃO, 180 FIOS, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 55X70CM . COM SILK INSTITUCIONAL DE ATÉ 20X20CM. ARTE A SER FORNECIDA PELO SOLICITANTE	UNID	150	R\$ 18,00	R\$ 2.700,00
15	LENÇOL TECIDO CRETONE LISTRADO BRANCO E VERDE , 100% ALGODÃO, 180 FIOS, COM DIMENSOES APROXIMADAS 2,50 X 1,60M . COM SILK INSTITUCIONAL DE ATÉ 40X40CM. ARTE A SER FORNECIDA PELO SOLICITANTE	UNID	250	R\$ 59,89	R\$ 14.972,50
16	MANTA/COBERTOR MICROFIBRA CASAL, APROXIMADAMENTE 1,90 X 2,10M , CONFECCIONADO EM TECIDO DE MICROFIBRA, MACIO, RESISTENTE E CONFORTÁVEL, INDICADO PARA COBERTURA E AQUECIMENTO, COR ÚNICA A DEFINIR. COM SILK INSTITUCIONAL DE ATÉ 40X40CM. ARTE A SER FORNECIDA PELO SOLICITANTE	UNID	75	R\$ 43,74	R\$ 3.280,50
17	TOALHA DE BANHO, CONFECCIONADA EM TECIDO PRÉ-ENCOLHIDO , COMPOSTO DE 100% ALGODÃO, FELPUDA, MEDINDO NO MÍNIMO 1,50 X 0,70 CM, MACIA, COM BOA ABSORÇÃO, ISENTA DE SUBSTÂNCIAS ALÉRGICAS, ROTURAS E MANCHAS, COM SILK. COR BRANCA. ARTE A SER FORNECIDA PELO SOLICITANTE	UNID	120	R\$ 24,98	R\$ 2.997,60
18	TRAVESSA IMPERMEAVEL, DIMENSOES APROXIMADAS 140X90CM , EM CORANO/NAPA HOSPITALAR. COR AZUL. SEM COSTURA	UNID	50	R\$ 72,62	R\$ 3.631,00
19	VIROL/BARRA DO LENÇOL LISTRADO BRANCO E VERDE . TECIDO 100% ALGODAO, MINIMO 180 FIOS, COM VIRA FEITA. RESISTENTE A LAVAGENS FREQUENTES. TAMANHO APROXIMADO 2,50X1,80M. COM SILK INSTITUCIONAL DE ATÉ 40X40CM. ARTE A SER FORNECIDA PELO SOLICITANTE	UNID	200	R\$ 38,35	R\$ 7.670,00

1.2 Os bens/serviços são de natureza comum.

1.3 Declara-se que os itens possuem qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam.

1.4 Os produtos deverão ser fornecidos de acordo com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, em conformidade com as demandas dos órgãos solicitantes, podendo haver entrega parcelada, conforme cronograma e requisições emitidas pela Administração, quando aplicável, especialmente em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços.



2. Vigência

A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente.

3. Fundamento e justificativa acerca da necessidade da contratação

O Termo de Referência fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas, incluindo subsidiariamente o Código Civil. A aquisição de uniformes, enxovais e materiais têxteis hospitalares é necessária para garantir padronização, reposição periódica e condições adequadas de higiene, segurança e identificação dos servidores. Da mesma forma, a compra de insumos médico-hospitalares é essencial para assegurar a continuidade dos atendimentos, a proteção de profissionais e pacientes e o cumprimento dos protocolos sanitários, considerando seu consumo recorrente e variável. O processo está alinhado ao Plano de Contratações Anual (PCA), em conformidade com a legislação vigente, atendendo às diretrizes de eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

4. Descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do produto

4.1 A solução proposta, conforme o Estudo Técnico Preliminar (ETP), consiste na aquisição de uniformes, vestimentas operacionais, enxovais e materiais têxteis hospitalares, bem como insumos médico-hospitalares, destinados ao atendimento das demandas contínuas da Secretaria Municipal de Saúde e de suas unidades vinculadas.

4.2 A contratação por pregão eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços, foi considerada a forma mais vantajosa, pois possibilita economia, padronização dos produtos e fornecimento conforme a necessidade real das unidades de saúde, garantindo flexibilidade operacional e melhor gestão dos recursos públicos.

4.3. No que se refere à fase de aquisição, a solução prevê o fornecimento de produtos novos, de qualidade compatível com o uso hospitalar e assistencial, atendendo às normas sanitárias vigentes. Os uniformes e materiais têxteis hospitalares deverão apresentar resistência, conforto, durabilidade e adequação às rotinas de trabalho, enquanto os insumos médico-hospitalares deverão atender às especificações técnicas exigidas, garantindo segurança, eficácia e confiabilidade durante sua utilização.

4.4. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, livres de defeitos de fabricação, com garantia quando aplicável, validade adequada e identificação conforme normas técnicas e sanitárias. Os uniformes e vestimentas operacionais deverão observar critérios de padronização, identificação institucional e adequação funcional, assegurando condições apropriadas de trabalho aos servidores da saúde.

4.5. No que se refere ao uso, descarte e destinação final, os materiais e insumos deverão seguir práticas ambientalmente responsáveis, observando a legislação ambiental vigente e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, especialmente quanto ao descarte de insumos médico-hospitalares e materiais têxteis inservíveis. Assim, a solução adota práticas sustentáveis ao longo de todo o ciclo de vida do objeto, minimizando impactos ambientais e assegurando o correto gerenciamento de resíduos.

5. Requisitos da contratação

A contratação deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

5.1 Requisitos de Natureza Técnica:

5.1.1 Os uniformes, vestimentas operacionais, enxovais e materiais têxteis hospitalares deverão ser compatíveis com as atividades desenvolvidas pelas unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, atendendo às finalidades assistenciais, hospitalares, odontológicas, de vigilância sanitária, epidemiológica e administrativas.

5.1.2 Os produtos deverão ser novos, sem uso anterior, confeccionados com materiais adequados ao uso institucional e hospitalar, conforme especificações constantes no Documento de Formalização da Demanda.

5.1.3 Os itens destinados ao uso hospitalar e odontológico deverão apresentar resistência compatível com processos de lavagem, esterilização e autoclavagem, quando aplicável, mantendo suas características funcionais e de segurança ao longo do uso.



5.1.4 Os materiais deverão permitir a aplicação de personalização institucional (silk ou bordado), conforme a necessidade da Administração, sem prejuízo da qualidade, do acabamento e da durabilidade dos produtos.

5.2 Requisitos de Qualidade e Segurança:

5.2.1 Os produtos deverão apresentar padrão de qualidade compatível com o uso contínuo e intensivo, garantindo conforto, higiene, resistência e segurança aos usuários.

5.2.2 Os materiais têxteis deverão ser isentos de defeitos de fabricação, rasgos, manchas, falhas de costura ou quaisquer irregularidades que comprometam sua utilização.

5.2.3 Os itens deverão atender às normas técnicas e sanitárias vigentes aplicáveis ao uso institucional e hospitalar.

5.2.4 Deverá ser assegurada garantia contra defeitos de fabricação, conforme prazos e condições estabelecidos no edital e no contrato.

5.3. Requisitos de Entrega

5.3.1 O fornecimento deverá ocorrer conforme os prazos, locais e condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo ser realizado de forma parcelada, especialmente em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços.

5.3.2 Os produtos deverão ser entregues no endereço indicado pela Administração, devidamente embalados, protegidos contra danos e acompanhados da respectiva nota fiscal.

5.3.3 O prazo máximo para entrega será de até 40 (quarenta) dias, contados a partir da solicitação formal através da Ordem de Fornecimento.

5.3.4 O fornecedor deverá observar rigorosamente os prazos de entrega e proceder à substituição imediata de itens que apresentem defeitos, avarias ou que estejam em desacordo com as especificações estabelecidas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.3.5 Não será exigida quantidade mínima por pedido ou fornecimento, podendo a Administração solicitar os itens conforme sua necessidade, respeitadas as condições estabelecidas no instrumento convocatório.

5.3.6 A entrega deverá ser realizada no Almoxarifado da Saúde, localizado na Avenida Brasil, nº 443, bairro Jardim Botânico, CEP 38720-000, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 07h às 12h e das 13h às 15h30.

5.4 Requisitos de Suporte e Assistência:

5.4.1 O fornecedor deverá prestar suporte durante o período de garantia de fabricação dos produtos, responsabilizando-se pela substituição de itens que apresentem vícios, defeitos ou não conformidades.

5.4.2 Quando aplicável, deverão ser fornecidas orientações quanto ao uso, conservação e higienização dos materiais, visando à maior durabilidade dos produtos.

5.5 Requisitos Documentais do Fornecedor:

5.5.1 O fornecedor deverá atender integralmente às exigências de habilitação previstas na Lei nº 14.133/2021, incluindo: Regularidade fiscal; Regularidade trabalhista e previdenciária; Qualificação econômico-financeira; Declarações legais exigidas no edital; Comprovação de aptidão para o fornecimento do objeto, por meio de atestado(s) de capacidade técnica, quando solicitado.

5.6 Requisitos Ambientais (Sustentabilidade):

5.6.1 Sempre que possível, deverão ser priorizados materiais confeccionados com processos produtivos que reduzam impactos ambientais, observadas as exigências de qualidade e desempenho. Os produtos deverão possuir durabilidade compatível com o uso institucional, contribuindo para a redução da necessidade de reposições frequentes e do desperdício de materiais.

5.6.2 O fornecedor deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais relacionados à produção, embalagem e transporte dos itens, em consonância com as diretrizes de sustentabilidade aplicáveis às contratações públicas.



6. Modelo de execução do objeto

6.1 O prazo de entrega itens é de 40 (quarenta) dias, contados a partir da ordem de fornecimento, preferencialmente em remessa única, ou parcelada quando indicado.

6.2 Caso não seja possível a entrega no prazo previsto, a empresa deverá requerer, motivada e tempestivamente, a prorrogação do prazo, a qual somente ocorrerá se a justificativa for aceita pela Administração, ressalvados as situações de caso fortuito e força maior.

6.3 Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

- Avenida Brasil, nº 443, bairro Jardim Botânico, Lagoa Formosa/MG – CEP 38720-000. De segunda a sexta, em dias úteis, de 07h as 12h e de 13h as 15h30.

7. Modelo de gestão do contrato

7.1 Os responsáveis pela gestão e pela fiscalização contratual observarão as regras do regulamento municipal e obedecerão às seguintes rotinas adicionais.

Gestor/Fiscal do contrato: Heytor Amaral Braga, Cargo: Coordenador de Setor;

8. Critérios de medição e de pagamento

8.1. Recebimento do Objeto

8.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega pelo fiscal para posterior verificação de conformidade.

8.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos sem ônus para a Administração.

8.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela perfeita execução do contrato.

8.2. Liquidação

8.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10(dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30(trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

8.3.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do Sistema de Registro de Preços, sendo utilizado como critério de julgamento o menor preço, observadas as especificações técnicas e os padrões de qualidade exigidos para os itens destinados à Secretaria Municipal de Saúde.

9.2. Para fins de habilitação, os licitantes deverão comprovar o atendimento às exigências legais, fiscais, trabalhistas, econômicas e técnicas, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como submeter-se às verificações nos cadastros oficiais de impedimentos à contratação com o Poder Público.

9.2.1. Será realizada consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, em nome da empresa licitante.

9.2.2. A consulta abrangerá também, quando aplicável, o sócio majoritário ou administradores da empresa, a fim de verificar eventual impedimento legal para contratar com a Administração Pública.

9.2.3. Caso sejam identificadas ocorrências impeditivas diretas ou indiretas, a Administração poderá diligenciar para verificar a existência de tentativa de burla ao certame, inclusive por meio da análise de vínculos societários, fornecimento de produtos similares ou outros indícios relevantes.



- 9.2.4. Constatada a existência de sanção impeditiva, o licitante será considerado inabilitado, por ausência de condição de participação no processo licitatório.
- 9.2.5. Na hipótese de inabilitação, será observada a aplicação das regras relativas ao tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, quando cabível.
- 9.2.6. Havendo necessidade de apresentação de documentos complementares para confirmação da habilitação, o licitante será convocado a encaminhá-los por meio do sistema eletrônico, em formato digital, no prazo definido no edital, sob pena de inabilitação.
- 9.2.7. A apresentação de documentos originais não digitalizados somente será exigida quando houver dúvida quanto à autenticidade, validade ou integridade dos documentos apresentados eletronicamente.
- 9.2.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ ou CPF divergentes, salvo nas hipóteses legalmente admitidas.
- 9.2.9. Quando o licitante for matriz, os documentos deverão estar em nome da matriz; quando filial, em nome da filial, ressalvados os documentos que, por sua natureza, sejam válidos para ambas, conforme a legislação vigente.
- 9.2.10. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças nos números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante possuir o recolhimento dos encargos de forma centralizada, devendo, nessa hipótese, apresentar documento comprobatório da autorização para a centralização.
- 9.3. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será aquele cadastrado no Licitanet;**

10. Exigências de habilitação

10.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.1.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato Constitutivo:

- Ato constitutivo - Estatuto ou **Contrato Social - e alterações em vigor**, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido

10.1.2. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

O atestado deverá comprovar a execução compatível com as características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, em observância ao disposto no Art. 67 da Lei 14.133/2021, cuidando-se que tal (is) atestado (s) não seja (m) emitido (s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- Nome da empresa que prestou (s) o(s) serviço (s);
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).



10.1.3. DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de Inscrição no CNPJ.

- O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal.

- Relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;

g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;

- Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

10.1.4 DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Balanco Patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou outro indicador que o venha substituir.

- Se necessária a atualização monetária do Balanco Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo contador.
- **As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;**
 - Serão aceitos como na forma da lei o Balanco Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:
 - **Publicados em Diário Oficial;** ou
 - **Publicados em Jornal;** ou
 - **Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial** da sede ou domicílio da licitante; ou
 - **Por cópia ou fotocópia do livro Diário**, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de encerramento; ou
 - **Por cópia ou fotocópia do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital)** acompanhado do recibo de entrega do livro digital e termo de autenticação da Junta Comercial.
- Os documentos relativos deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da empresa licitante e do seu contador, ou mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação



do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC - são indispensáveis.

- **No caso do vencedor do Certame ser Microempreendedor Individual (MEI) será dispensado da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, conforme previsto no art. 68 da Lei Complementar nº 123/2006 e no §2º do art. 1.179 do Código Civil.**

b) A boa situação econômico-financeira da empresa PROPONENTE deverá ser demonstrada através de cálculos de índices dos balanços patrimoniais exigidos na forma da lei, devidamente calculados e assinados pelo contador responsável, conforme especificado abaixo:

- **Índice de Liquidez Geral: $ILG = AC + RLP/PC + Ex.LP$, onde $ILG > 1,0$**
- **Índice de Liquidez Corrente: $ILC = AC/PC$, onde $ILC > 1,0$**
- **Índice de Endividamento Geral: $IEG = (PC + Ex.LP)/AT$, onde $IE < 0,90$**

- Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD Sped.
- **Caso a empresa licitante apresente resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e/ou resultado superior a 0,90 no Índice de Endividamento, será exigido para fins de habilitação Capital Líquido de 10% do valor total estimado da contratação, a título de garantia.**
- No cálculo dos índices exigidos, utilizar-se-á os resultados expressos no balanço (demonstrações contábeis) dos dois últimos exercícios sociais exigível.
- As memórias de cálculo dos índices devem ser anexadas pelo licitante à documentação pertinente à qualificação econômico-financeira.
- **Observação importante: As memórias de cálculo dos índices devem ser anexadas pelo licitante, juntamente à documentação pertinente à qualificação econômico-financeira, bem como com toda a documentação habilitatória, A falta de apresentação da Memória de Cálculo, não inabilitará o licitante, porém deverá apresentar o balanço conforme exigido acima para que seja efetuado os cálculos na forma prevista, sob pena de inabilitação.**

c) Certidão negativa de falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes.

10.1.5. Deverá apresentar, ainda, os seguintes documentos:

- a) **Declaração Conjunta** - conforme edital.
- b) **Declaração de ME/EPP** - (se for o caso).

11. Estimativas do valor da contratação

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 156.674,58 (cento e cinquenta e seis mil, seiscentos e setenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos).**

12. Adequação orçamentária

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município na seguinte dotação:

12.2. Recurso Próprio

FICHAS: 360, 387, 342, 334, 441, 394, 379, 605, 422, 350, 373, 780, 448,	FONTE: 500	CO: 1002
--	------------	----------

12.3 Recurso Estadual

FICHAS: 360, 387, 342, 334, 441, 394, 379, 605, 422, 350, 373, 780, 448,	FONTE: 621	CO: 0000 / 3210 / 3220
--	------------	------------------------



PREFEITURA DE

LAGOA FORMOSA

Administração 2025/2028

12.4 Recurso Federal

FICHAS: 360, 387, 342, 334, 441, 394, 379, 605, 422, 350, 373, 780, 448,	FONTE: 600 / 601 / 660	CO: 0000 / 3110 / 3120
--	------------------------	------------------------

Lagoa Formosa, 22 de janeiro de 2026.

Heytor Amaral Braga
Coordenador de Setor

Laísa Lara Machado
Coordenadora de Setor

Natielle Lorry Alves Lima
Coordenadora de Setor

Aline de Oliveira Braga
Secretária Municipal de Saúde



PREFEITURA DE

LAGOA FORMOSA

Administração 2025/2028

ANEXO II – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2026**

Razão Social do Licitante:

CNPJ:

Insc. Estadual:

Endereço:

Cidade:

Estado:

Telefone:

E-mail:

INFORMAÇÕES PARA PAGAMENTOS (quando por sistema bancário):

Banco:

Agência:

Conta:

REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome:

Identidade:

Órgão expedidor:

Estado Civil:

Nacionalidade:

CPF:

E-mail:

Item	Objeto - Descrição	QTD	UND	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

Valor Total:

Validade da Proposta: / / (No mínimo em 60 dias)

Observações:

• **Somente serão aceitas propostas com no máximo 02 (duas) casas decimais, sob pena de desclassificação;**

• Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as condições gerais e especiais estabelecidas para esta licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente.

• Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

• Declaramos que não possuímos em nosso quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (Conforme art. 9º, § 1º da lei 14.133/21) e não possuímos em nosso quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

• Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que não estamos cumprindo pena de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas Federal, Estadual e Municipal, inclusive no Distrito Federal.

Data: / /

Assinatura:

Carimbo Padronizado



PREFEITURA DE

LAGOA FORMOSA

Administração 2025/2028

ANEXO III – DECLARAÇÃO CONJUNTA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), em atendimento ao processo licitatório **Pregão Eletrônico nº 003/2026**, vem, perante Vossas Senhorias, declarar que:

- Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- Declaro que minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos e cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

_____, _____, de _____, de 2026.

Representante Legal
CPF



PREFEITURA DE

LAGOA FORMOSA

Administração 2025/2028

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME, EPP OU EQUIPARADAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2026

Declaro para os devidos fins e sob as penalidades da Lei, que a empresa: _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, está enquadrada como _____ (Microempresa, EPP, Equiparada), e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida lei. Outrossim, declaro, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006. E que caso haja restrição fiscal ou trabalhista nos documentos de habilitação, pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14133/2021.

_____, _____, de _____, de 2026.

Representante legal
CPF



**ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2026**

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, VESTIMENTAS OPERACIONAIS, ENXOVAIS E MATERIAIS TÊXTEIS HOSPITALARES, BEM COMO INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DE SUAS UNIDADES VINCULADAS, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE LAGOA FORMOSA E A EMPRESA/LICITANTE XXXXXXXXXX.

O MUNICÍPIO DE LAGOA FORMOSA, inscrito no CNPJ n.º 18.602.078/0001-41, com sede na Praça Dona Filomena, 02, Centro, Lagoa Formosa/MG, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu Prefeito, o Sr. José Wilson Amorim, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica nº 001/2026, para REGISTRO DE PREÇO, processo licitatório n.º 0xx/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal n.º 14.133/2021, Decreto Municipal nº 793/2023, Lei Complementar Federal nº 123/06 e demais disposições legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Registro de Preço visando Aquisição de uniformes, vestimentas operacionais, enxovais e materiais têxteis hospitalares, bem como insumos médico-hospitalares, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e de suas unidades vinculadas, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Item	Objeto - Descrição	QTD	UND	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXX	XXXX	XXXXX

CLÁUSULA TERCEIRA - VALIDADE DA ATA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período à critério desta Administração.

CLÁUSULA QUARTA - REVISÃO E CANCELAMENTO

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 90 (noventa) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao (s) fornecedor (es).

Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o (s) fornecedor (es) para negociar (em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.



PREFEITURA DE

LAGOA FORMOSA

Administração 2025/2028

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O registro do fornecedor será cancelado quando:

- Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão (s) participante (s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas acima será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- Por razão de interesse público; ou
- A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

CLÁUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata da Lei nº14.133/2021.

No caso de registro de preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

- Contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou
- Contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

Parágrafo primeiro – **O município de Lagoa Formosa observará as disposições da IN RFB nº 1234/2012 e do Decreto Municipal nº 761/2023, quanto a retenção na fonte do Imposto de Renda.**

Parágrafo segundo - **Ficam as empresas licitantes cientes que deverão fazer a emissão das Notas Fiscais, obedecendo as disposições da IN RFB nº 123/2012 e do Decreto Municipal nº 761/2023.**

Parágrafo terceiro - Os documentos fiscais emitidos que não cumprirem as determinações da RFB, poderão, sem prejuízo da aplicação de penalidades pelo descumprimento das obrigações, ensejar:

- a) a recusa do recebimento das mercadorias pelo município de Lagoa Formosa; e
- b) a retenção do pagamento até a respectiva adequação dos documentos fiscais.



PREFEITURA DE

LAGOA FORMOSA

Administração 2025/2028

CLÁUSULA SÉTIMA – FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA OITAVA – FORO

É eleito o Foro da Comarca de Patos de Minas para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme a lei 14.1333/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas.

Lagoa Formosa, MG, de de

José Wilson Amorim
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

DETENTORA DA ATA

Testemunhas:

.....